



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Fazenda

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

2ª ETAPA (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

Data: 18/03/2012
Duração: 5 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 80 (oitenta) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Controle Interno	Auditoria	Contabilidade Pública	Contabilidade Geral e de Custos
81 a 100	101 a 120	121 a 140	141 a 160

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

Somente decorridas 4 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

CONTROLE INTERNO

81. Segundo o Decreto Estadual Nº 3148/80, é competente para o desempenho do Controle Interno no âmbito do Poder Executivo:

- A) Tribunal de Contas da União
- B) Inspeção Geral de Finanças
- C) Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- D) Tribunal Regional Federal
- E) Comissão de Controle e Finanças da Assembleia Legislativa

82. Considere as atribuições das Assessorias de Controle Interno expostas a seguir:

- I- Assessorar o órgão ou entidade de que a unidade for parte integrante, nos assuntos de competência do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- II- Orientar os responsáveis por contratos e convênios sobre seu devido acompanhamento, vigência e elaboração de prestação de contas que forem instaurados no âmbito de seus respectivos órgãos.
- III- Definir e calcular índices de repasse do fundo de participação dos estados, utilizando como fatores a população e o universo da renda *per capita*

Segundo a Instrução Normativa da AGE/SEFAZ Nº 06, de 07 de julho de 2009, são atribuições das Assessorias de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro APENAS a(s) opção(ões):

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) II e III

83. De acordo com o Decreto Estadual nº 3148/80, Controle Interno pode ser entendido como:

- A) o exercício da fiscalização das atividades da administração financeira que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário desempenham no âmbito das respectivas jurisdições, através de órgãos integrantes das próprias estruturas.
- B) o assessoramento e a orientação, por parte de organizações autônomas e auditores independentes, das atividades da administração contábil-financeira realizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo no âmbito das respectivas jurisdições.
- C) a atividade de fiscalização e assessoramento realizada pelo Poder Executivo Estadual, que constitui etapa superior e final da auditoria do Serviço Público Estadual, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- D) o conjunto de atividades realizadas por órgãos internos dos Poderes Executivo e Judiciário que asseguram a eficácia do controle externo e a regularidade das contas de receitas e despesas públicas do Serviço Público Estadual.
- E) o processo de acompanhamento da execução dos programas de trabalho e dos orçamentos do Serviço Público Estadual, a partir do exercício de poder de polícia administrativa e função regulatória dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

84. O procedimento pelo qual, dentro dos prazos fixados em lei, regulamento ou instrução, o responsável está obrigado, por iniciativa pessoal, a comprovar, ante o órgão competente, o uso, o emprego ou a movimentação dos bens, numerários e valores que lhe forem entregues ou confiados denomina-se:

- A) tomada de contas
- B) proposta normativa
- C) prestação de contas
- D) demonstrativo de resultados
- E) acompanhamento dos programas de trabalho

85. Considere os procedimentos de controle contábil apresentados a seguir:

- I- publicação de balanços
- II- avaliação de programas de trabalho
- III- auditoria, podendo abranger inspeções, revisões e perícias

Conforme o Decreto Estadual nº3148/80, o desempenho do Controle Interno efetiva-se APENAS através da(s) opção(ões):

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) II e III

86. O enfoque de um sistema de controle na administração pública que trata da verificação das operações sob o aspecto eminentemente contábil, formal e legal é denominado:

- A) revisão
- B) eficácia
- C) eficiência
- D) efetividade
- E) avaliação de resultados

87. As atividades de conhecimento pormenorizado da legalidade dos atos do Poder Executivo, exercidas pelos órgãos do Sistema de Controle Interno, podem ser classificadas como ações de controle:

- A) social
- B) político
- C) judiciário
- D) de contas
- E) administrativo

88. No tocante aos aspectos do controle interno, a verificação do mérito do ato, incluindo sua moralidade e adequação quanto aos fins do Estado, pode ser classificada como verificação de:

- A) legalidade
- B) legitimidade
- C) economicidade
- D) renúncia de receitas
- E) aplicação de subvenções

89. O servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual deve prestar atenção àquelas transações ou situações que denotem indícios de irregularidades. Para o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, irregularidades podem ser definidas como:

- A) falhas de natureza formal de que não resulte em dano ao erário, mas que evidenciam não observância aos princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.
- B) falhas de natureza formal que resultem em dano ao erário, caracterizadas pela não observância dos prazos de prestação e tomada de contas.
- C) desfalques, alcance, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo quantificável para o erário.
- D) atividades ilícitas que possam ser alvo de denúncias ao Ministério Público Estadual e que tenham como consequência dano ao erário público.
- E) violações de conduta informais que possam ser configuradas como infrações administrativas e que gerem dano ao erário.

90. A opinião do órgão ou unidade do Controle Interno do Poder Executivo Estadual deve ser expressa por meio de certificado ou parecer, que são precedidos de um Relatório de Auditoria. Quando os exames realizados apontarem falha, omissão ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas legais e dos princípios pertinentes à matéria, nas escriturações e nos procedimentos de controle interno mantidos pelo órgão, entidade ou fundos, mas que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis, o certificado emitido será do tipo:

- A) regular
- B) irregular
- C) impróprio
- D) regular com ressalvas
- E) irregular com restrições

91. Para cada atividade realizada, o órgão ou Unidade de Controle Interno do Poder Executivo Estadual deve elaborar relatório evidenciando os resultados dos exames efetuados, de acordo com o tipo de atividade. O atributo de qualidade que trata da expressão da linguagem de forma inteligível e nítida, de modo a assegurar que a estrutura da comunicação e a terminologia empregada permitam que o entendimento das informações sejam evidentes e transparentes, denomina-se:

- A) clareza
- B) concisão
- C) coerência
- D) integridade
- E) objetividade

92. O controle interno contábil compreende:

- A) planos, métodos e procedimentos referentes principalmente à eficiência operacional e à confirmação da efetividade da ação do órgão público ou de fundações estaduais.
- B) estudos de tempos e movimentos, relatórios de controle de qualidade e certificação de procedimentos internos.
- C) plano de organização e todos os procedimentos referentes, diretamente relacionados com a salvaguarda do ativo e a fidedignidade dos registros financeiros.
- D) relatórios de desempenho e de clima organizacional que sejam capazes de verificar a adequação da utilização dos recursos humanos de cada unidade do Poder Executivo
- E) pareceres de auditores externos, de acordo com os demonstrativos contábeis definidos pelo acordo internacional de normas contábeis

93. O componente do controle interno que trata da definição adequada dos métodos e procedimentos operacionais, da descrição das atividades de cada função de modo a facilitar o cumprimento dos deveres, além da seleção, treinamento e supervisão do pessoal adequados a atividades, é conhecido como:

- A) proteção patrimonial
- B) eficiência operacional
- C) plano de organização
- D) proteção ao erário
- E) políticas administrativas

94. Com base na Resolução Nº 45/07, da Secretaria Estadual de Fazenda, a atuação da Auditoria Geral do Estado abrange:

- A) aferições de ordem contábil e trabalhista de empresas de capital aberto que realizem qualquer atividade comercial no Estado do Rio de Janeiro.
- B) controles de ordem contábil e trabalhista de empresas de capital fechado que realizem qualquer atividade comercial no Estado do Rio de Janeiro.
- C) verificações de ordem contábil e econômico-financeira de órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado.
- D) verificações de ordem contábil e econômico-financeira de órgãos da Administração Direta e indireta do Poder Executivo Estadual e de Fundos Especiais.
- E) auxílio técnico e orientações de ordem contábil e cível para organizações paraestatais.

95. Considere as atividades de auditoria apresentadas a seguir:

- I- desenvolvimento do Sistema de Auditoria do Poder Executivo do Estado
- II- proposição de novas tecnologias no campo de auditoria.
- III- realização do controle externo das atividades dos demais Poderes estaduais.

De acordo com a Resolução Nº 45/07, da Secretaria Estadual de Fazenda, é(são) competência(s) da Auditoria Geral do Estado APENAS a(s) opção(ões):

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) II e III

96. Segundo a Constituição Estadual, o controle externo das atividades do Poder Executivo estadual é exercido:

- A) por organizações não governamentais, segundo interesse popular
- B) pelo Poder Executivo Federal, com auxílio do Tribunal de Contas da União
- C) pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado
- D) por comissão de assuntos econômicos do Senado, com auxílio do Ministério das Cidades
- E) por Unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo estadual, com supervisão do Tribunal de Contas do Estado

97. Considere as afirmações a seguir, a respeito das prestações de contas para efeito de controle interno do Poder Executivo Estadual:

- I- as prestações de contas podem ser efetuadas através de balanços e balancetes orçamentários, financeiros, econômicos e patrimoniais, ilustrados com demonstrativos analíticos das dotações movimentadas, das receitas e despesas realizadas, dos resultados alcançados e dos elementos patrimoniais afetados.
- II- as prestações de contas deverão ser apresentadas pelos dirigentes de entidades autárquicas, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços industriais ou comerciais e de repartições ou órgãos incumbidos da execução de serviços ou planos específicos, com autonomia administrativa ou financeira, mas sem personalidade jurídica
- III- as prestações de contas podem ser efetuadas em períodos determinados pela autarquia, fundação, fundo ou empresa pública, de acordo com suas particularidades de atuação e ciclos de planejamento administrativo aprovados pela Auditoria Geral do Estado

De acordo com o Decreto Estadual 3.148/80, está(ão) correta(s) APENAS a(s) opção(ões):

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) II e III

98. Os órgãos setoriais de Controle Interno devem remeter Relatório Conclusivo das atividades desenvolvidas à Auditoria Geral do Estado, com a seguinte frequência:

- A) trimestralmente
- B) quadrimestralmente
- C) semestralmente
- D) anualmente
- E) bimestralmente

99. Com vistas à aplicação das medidas cabíveis, no caso de inobservâncias de normas e de dificuldades encontradas no trabalho de inspeção ocorridas nos órgãos e entidades auditadas, a Auditoria Geral do Estado deverá informar a (ao):

- A) Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado
- B) Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado
- C) Secretário de Estado de Fazenda
- D) Presidente da Assembleia Legislativa
- E) Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa

100. No desempenho de suas funções, o servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual deve observar a objetividade. Isso significa especificamente que esse servidor deve nortear-se pela seguinte atitude:

- A) manter independência com relação ao agente controlado, de modo a assegurar a imparcialidade no seu trabalho.
- B) manter atualizados seus conhecimentos técnicos, acompanhando a evolução de normas, procedimentos e técnicas aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- C) procurar apoiar-se em documentos e evidências que permitam convicção da realidade ou a veracidade dos fatos ou situações examinadas.
- D) desenvolver habilidades no trato, verbal e escrito, com pessoas e instituições, respeitando superiores, subordinados e pares, bem como, aqueles com os quais se relaciona profissionalmente.
- E) desenvolver domínio do julgamento profissional, pautando-se pelo planejamento dos exames de acordo com o estabelecido na ordem de serviço, na seleção e aplicação de procedimentos técnicos e testes necessários, e na elaboração dos relatórios.

AUDITORIA

101. Considere as afirmações a seguir a respeito da distinção entre auditoria interna e auditoria externa:

- I- O objetivo principal da auditoria externa é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras.
- II- Durante o processo de auditoria interna, o auditor deve ser independente em relação às pessoas cujos trabalhos são examinados, porém subordinado às necessidades e desejos da alta direção.
- III- Durante o processo de auditoria interna, a revisão das operações e do controle é realizada para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Está(ao) correta(s) APENAS a(s) opção(ões)

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) I e III

102. Considere as afirmações a seguir, a respeito das diferenças básicas entre as auditorias interna e externa:

- I- O objetivo principal do auditor externo é atender às necessidades da administração, enquanto o auditor interno busca atender a necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras.
- II- O auditor interno e o auditor externo realizam testes de procedimentos, variando a profundidade e extensão, de acordo com os objetivos a serem atingidos. Entretanto, o auditor interno realiza um trabalho mais aprofundado que o auditor externo.
- III- O auditor interno é um empregado da organização, que tem como objetivo verificar os dados contábeis, revisar o sistema contábil e de controle interno, aconselhar e auxiliar a administração, enquanto o auditor externo é um elemento independente, com firma própria, que se coloca à disposição da companhia que deseja um exame imparcial de suas demonstrações financeiras.

Está(ao) correta(s) APENAS a(s) opção(ões)

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) II e III

103. O tipo de auditoria que se preocupa em emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto é classificado como:

- A) auditoria operacional
- B) auditoria de balanço
- C) auditoria de PED
- D) perícia contábil
- E) práticas organizacionais

104. Um determinado sistema de controle interno tem como função tratar de: confirmações de pedidos de vendas do cliente, consulta acerca da existência de estoque disponível, aprovação do limite a crédito, faturamento, despacho da mercadoria, baixas nas fichas de estoque, emissão de borderô para cobrança, desconto ou caução, ou envio para carteira no contas a receber, recebimento de duplicata e registro nas contas do razão. Se esse sistema de controle interno envolve as contas: contas a receber, vendas, custo de vendas, estoques e caixa de bancos, ele é denominado sistema de:

- A) Vendas/Recebimentos
- B) Produção
- C) Folha de Pagamento
- D) Compras/Pagamentos
- E) Revisão de Contas

105. A norma de Auditoria relativa à pessoa do auditor, que trata da liberdade de expressão da opinião do auditor, com base nos elementos objetivos do exame realizado, e que diz que o auditor não pode deixar-se influenciar por fatores estranhos é denominada:

- A) competência técnico-profissional
- B) qualidade de prova
- C) independência
- D) oportunidade do procedimento
- E) definição de papel

106. O método de avaliação de estoques que estabelece o custo com base na experiência passada com ajuste posterior ao custo real, o que faz surgirem contas de variação, é conhecido como:

- A) Primeiro que entra, primeiro que sai
- B) Último que entra, primeiro que sai
- C) Custo Específico
- D) Custo Médio
- E) Custo-Padrão

107. Considere as afirmações a seguir a respeito dos procedimentos de auditoria:

- I- A revisão do controle interno não faz parte do trabalho do auditor, que deverá utilizar as informações já disponíveis a respeito do estoque da empresa.
- II- Antes do inventário físico, o auditor deve planejar o trabalho que ele e sua equipe irão executar durante as contagens físicas. Esse trabalho dependerá da avaliação dos controles estabelecidos nas instruções e explicações dadas pelo cliente.
- III- Estoques de movimentação mais demorada devem receber atenção especial do auditor, no que diz respeito à sua realização. Uma vez identificados fisicamente, o auditor deverá concluir sobre a adequação dos critérios adotados para constituições de reservas para desvalorização desses itens.

De acordo com os princípios de auditoria, está(ão) correta(s) APENAS a(s) opção(ões):

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II
- E) II e III

108. A comprovação da existência do objeto ou item examinado através de constatação visual é uma característica do exame realizado pelo auditor, denominada:

- A) quantidade
- B) existência física
- C) identificação
- D) autenticidade
- E) qualidade

109. O cálculo da equivalência patrimonial é um exemplo de procedimento de auditoria denominado:

- A) entrevista
- B) observação
- C) exame de escrituração
- D) conferência de cálculos
- E) exame de registros auxiliares

110. Quando o auditor realiza o exame dos documentos originais, deve ter em mente a normalidade. Isso significa que o auditor deve proceder da seguinte maneira:

- A) determinar que a transação realizada é adequada em função da atividade da organização
- B) valer-se do poder de discernimento para verificar se a documentação examinada é fidedigna
- C) verificar se a transação e a documentação-suporte foram efetivamente aprovadas por pessoas adequadas e responsáveis
- D) comprovar se o registro das operações é adequado em função da documentação examinada
- E) localizar e agrupar documentação que seja relacionada aos registros da operação para futuro arquivamento

111. Segundo o Manual de Auditoria do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a alternativa que indica corretamente o órgão central de desempenho do Controle Interno no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro é:

- A) Auditoria Geral do Estado
- B) Conselho Auditor do Estado
- C) Tribunal de Contas da União
- D) Tribunal de Contas do Estado
- E) Tribunal de Justiça do Estado

112. As atividades de auditoria desempenhadas com a participação de servidores não lotados no órgão central e nos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual são classificadas como auditoria:

- A) direta
- B) indireta
- C) terceirizada
- D) simplificada
- E) compartilhada

113. O critério que orienta a Auditoria de Natureza Operacional e diz respeito ao grau com que o serviço prestado ou os bens distribuídos por instituição pública, governamental ou não, atende às expectativas dos usuários e aos padrões de prestação estabelecidos é conhecido como:

- A) eficácia
- B) eficiência
- C) equidade
- D) qualidade
- E) transparência

114. O instrumento elaborado pela equipe de auditoria e que fornece elementos para a confecção de relatórios preliminares a serem encaminhados ao gestor denomina-se:

- A) Estudo de caso
- B) Ciclo de trabalho
- C) Matriz de achados
- D) Monitoria de controle
- E) Análise de evidências

115. Constitui objetivo de auditoria na verificação do Ativo Imobiliário:

- A) verificar se todas as exigibilidades representam passivos incorridos até a data do encerramento do exercício
- B) identificar cláusulas restritivas ou outros dados importantes constantes de contratos de empréstimos ou financiamentos apresentados nas demonstrações financeiras ou notas explicativas
- C) julgar a adequação do programa de depreciação em relação à vida útil do bem.
- D) levantar taxas e instrumentos de mercado utilizados para precificar externalidades
- E) calcular reservas de receitas para despesas eventuais com manutenção e conservação de bens imobiliários

116. A etapa do processo de elaboração do programa de auditoria que trata do levantamento das características mais importantes das atividades do órgão/entidade no tocante a metas, objetivos, organização, procedimentos, valores, bens envolvidos e demais dados necessários para definir, com o rigor desejado, o perfil da área ou das operações, é denominada:

- A) Análise
- B) Teste do programa
- C) Programação sistemática
- D) Avaliação e revisão do programa
- E) Elaboração do programa de auditoria

117. Durante a revisão do controle interno, o auditor pode determinar a existência de fraquezas de procedimentos, ou mesmo de aprimoramentos de controle, que, por sua experiência, sejam de grande valia para o fortalecimento do controle interno. No momento da descoberta de pontos fracos, o auditor prepara um papel de trabalho constatando quais as deficiências existentes e quais seriam, na sua opinião, as possíveis sugestões de melhorias para os pontos encontrados. Esse item é conhecido como:

- A) conciliação
- B) memorando
- C) balancete de trabalho
- D) ponto para recomendação
- E) lançamento de ajuste e/ou reclassificação

118. Para que os papéis de trabalho estejam completos, há a necessidade de observar os pontos essenciais que neles deverão estar demonstrados, assim como a base dos trabalhos realizados. O estabelecimento da definição da extensão dos procedimentos de auditoria e o momento da sua aplicabilidade, mediante o resultado obtido na revisão do controle interno, é denominado:

- A) escopo do trabalho
- B) objetivo do exame
- C) julgamento profissional
- D) planejamento do trabalho
- E) relevância do projeto

119. O tesoureiro da Companhia Portuária Estadual foi exonerado, e o término de sua gestão não coincidiu com o exercício financeiro. Segundo a deliberação Nº 198/96 do Tribunal de Contas do Estado, nesse caso, a partir da data de publicação do ato de exoneração, os processos de prestação de contas desse tesoureiro devem ser remetidos ao Tribunal no prazo de:

- A) 30 dias
- B) 45 dias
- C) 90 dias
- D) 120 dias
- E) 180 dias

120. A auditoria de natureza operacional, através de suas atividades de monitoramento, pode realizar recomendações que visem à melhoria do desempenho do programa. No entanto, podem ocorrer mudanças das condições observadas durante a auditoria na estrutura do órgão, na regulamentação do programa ou no entendimento quanto à adequação da recomendação. Quando isso ocorre, essa recomendação é classificada como:

- A) implementada
- B) não aplicável
- C) não implementada
- D) em implementação
- E) parcialmente implementada

CONTABILIDADE PÚBLICA

Análise os dados apresentados abaixo para responder às questões de números 121 a 124:

O balanço orçamentário de um determinado estado da federação, elaborado em 31/12/2011, de acordo com a nova estrutura, apresentava as seguintes informações:

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	36.000	36.000	40.200	(4.200)
Receitas de Capital	30.000	30.000	28.800	1.200

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesa Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	45.000	45.000	42.000	36.000	32.400	3.000
Despesas de Capital	21.000	21.000	19.800	19.200	18.000	1.200

Informações complementares: No exercício não houve refinanciamento de dívidas, aprovação e reabertura de créditos adicionais.

121. Com base nos dados apresentados, o valor da economia orçamentária no exercício foi igual a:

- A) 4.800
- B) 4.200
- C) 18.600
- D) 6.600
- E) 11.400

122. No exercício, o resultado orçamentário global apurado correspondeu a um:

- A) superávit de R\$ 7.200
- B) superávit de R\$ 18.600
- C) déficit de R\$ 4.200
- D) déficit de R\$ 6.600
- E) superávit de R\$ 13.800

123. Pode-se afirmar que o montante correspondente aos Restos a Pagar Processados, inscritos no exercício, foi igual a:

- A) 18.600
- B) 9.600
- C) 6.600
- D) 4.800
- E) 4.200

124. O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária, no exercício, foi igual a:

- A) 1.2500
- B) 1.1165
- C) 1.3690
- D) 1.6000
- E) 1.0455

125. Na elaboração do orçamento, a codificação econômica da receita orçamentária é composta por seis níveis. A identificação dos recursos oriundos do poder impositivo do estado, dos rendimentos pela exploração do patrimônio e da atividade econômica e, os recebimentos por transferência de outras pessoas de direito público ou privado corresponde, na codificação, ao seguinte nível:

- A) espécie
- B) alínea
- C) rubrica
- D) origem
- E) categoria econômica

126. Um determinado estado da federação, no início do exercício financeiro de 2011, implantou, no seu sistema contábil, o novo plano de contas aplicado ao setor público. Durante o exercício, por ocasião da execução das despesas, no estágio da liquidação, o lançamento correspondente efetuado, tendo em vista somente a natureza da informação orçamentária, foi o seguinte:

- A) D: Crédito Disponível
C: Crédito Empenhado a Liquidar
- B) D: Crédito Empenhado Liquidado
C: Fornecedores Nacionais a Curto Prazo
- C) D: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: Crédito Empenhado a Liquidar
- D) D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- E) D: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: Crédito Disponível

127. No exercício financeiro de 2011, um determinado estado da federação realizou as seguintes operações:

Empenhos emitidos para atender a despesas correntes e de capital	27.000
Arrecadação de impostos e taxas	14.000
Alienação de bens móveis	4.000
Pagamento de restos a pagar inscritos em 2010	6.000
Recebimento de aluguéis de imóveis cedidos a terceiros	2.000
Pagamento de pessoal e encargos sociais	11.200
Pagamento de juros de empréstimos obtidos	6.200
Restituição de depósitos recebidos	7.000
Retenção de consignações sobre a folha de pagamento de dez/2010	2.500
Amortização de empréstimos obtidos	6.400
Recebimento de cauções em dinheiro	8.000
Operações de crédito internas (emissão de títulos)	4.400

Com base nessas informações, pode-se afirmar que o resultado financeiro apurado em 31 de dezembro correspondeu a um:

- A) déficit de 4.400
 B) déficit de 1.900
 C) superávit de 4.400
 D) superávit de 1.500
 E) superávit de 2.600

128. O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentam a mesma natureza de informação. De acordo com a estrutura do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as operações realizadas durante o exercício financeiro, correspondentes às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, devem ser escrituradas utilizando as contas classificadas nas seguintes classes:

- A) 7 e 8
 B) 1 e 2
 C) 3 e 4
 D) 5 e 6
 E) 4 e 5

Analise os dados apresentados abaixo para responder às questões de números 129 a 132:

Um determinado estado da federação, no exercício de 2011, realizou as seguintes operações, que foram registradas na contabilidade (valores em Reais):

Arrecadação de receitas tributárias.....	40.000
Doação de bens móveis a entidade filantrópica.....	4.000
Operações de crédito internas.....	16.000
Pagamento de pessoal e encargos.....	20.000
Aquisição de bens móveis.....	10.000
Amortização de empréstimos concedidos.....	4.000
Construção de escola.....	20.000
Pagamento de outras despesas correntes.....	5.000
Apropriação da depreciação de bens móveis e imóveis.....	2.000
Empenho, liquidação e pagamento de serviços de terceiros.....	7.000
Baixa do almoxarifado de material para consumo.....	3.000
Venda de bens móveis pelo valor líquido contábil.....	6.000
Receitas de aluguéis.....	2.000
Pagamento de juros e encargos de empréstimos obtidos.....	4.000
Recebimento da dívida ativa.....	2.000
Pagamento de restos a pagar inscritos em 2010.....	5.000
Cancelamento de restos a pagar não processados.....	3.000

Informação complementar: O referido ente, no início do exercício financeiro de 2011, conforme é facultado pela legislação, optou em adotar as normas vigentes aplicadas ao setor público.

129. No exercício financeiro de 2011 o montante arrecadado referente às receitas efetivas foi igual a:

- A) R\$ 44.000
 B) R\$ 70.200
 C) R\$ 68.200
 D) R\$ 52.200
 E) R\$ 42.000

130. Em 31/12/2011, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), elaborada conforme a estrutura atualizada pela Portaria STN nº 665/2010 e constante do MCASP (Parte V), apresentou um resultado patrimonial correspondente a um:

- A) superávit de R\$ 3.000
 B) superávit de R\$ 2.000
 C) superávit de R\$ 1.000
 D) déficit de R\$ 3.000
 E) déficit de R\$ 1.000

131. Conforme determinado nas instruções vigentes, o estado também elaborou e publicou, em 31/12, a DVP de acordo com a estrutura do anexo original da Lei nº 4.320/64. Com base nessa estrutura, o montante indicado referente às Variações Passivas por Mutação Patrimonial foi igual a:

- A) R\$ 26.000
 B) R\$ 35.000
 C) R\$ 28.000
 D) R\$ 30.000
 E) R\$ 33.000

132. Ainda com base na mesma demonstração elaborada (estrutura original), o Resultado Patrimonial apurado e indicado correspondeu a um:

- A) superávit de R\$ 2.000
 B) superávit de R\$ 1.000
 C) superávit de R\$ 4.000
 D) déficit de R\$ 3.000
 E) déficit de R\$ 1.000

133. A LOA de 2011 de um determinado estado da federação previa uma arrecadação de receitas e fixação de despesas no valor de R\$360.000. No final do exercício, em 31/12, as contas relativas à execução orçamentária da despesa apresentavam os seguintes dados:

Crédito Disponível.....	R\$ 66.000
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.....	R\$ 90.000
Crédito Empenhado Liquidado e Pago.....	R\$ 240.000

Durante o exercício, para adequar as necessidades do governo com o orçamento vigente, foram aprovados e abertos os seguintes créditos adicionais: suplementar, no valor de R\$ 40.000, proveniente de anulação parcial de dotação consignada; especial, no valor de R\$ 48.000, com recursos de excesso de arrecadação; e outro suplementar, no valor de R\$ 24.000, com recursos provenientes de uma operação de crédito interna. Sabendo-se que no exercício não houve qualquer operação de descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros, o valor referente aos Créditos Empenhados a Liquidar no exercício foi igual a:

- A) R\$ 276.000
 B) R\$ 156.000
 C) R\$ 76.000
 D) R\$ 54.000
 E) R\$ 36.000

134. Atributos da conta contábil é o conjunto de características próprias que a individualizam, distinguindo-a de outra conta pertencente ao plano de contas. Um desses atributos é o indicador para cálculo do Superávit Financeiro, utilizado para informar se as contas do Ativo e Passivo são classificadas como Ativo/Passivo Financeiro ou Ativo/Passivo Permanente, conforme definições do art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Essa indicação será dada pelas letras "F" e "P", respectivamente. Caso a natureza da conta puder em constar saldos com os dois atributos, estará incluída na descrição da conta, no PCASP, a seguinte identificação:

- A) as letras FP
 B) a letra X
 C) o código numérico 01
 D) o código numérico 11
 E) o código alfanumérico X1

135. O instrumento Lançamentos Contábeis Padronizados (LCP) identifica os padrões de lançamentos de primeira fórmula, expressos em códigos padronizados de acordo com as classes do PCASP, com vista a facilitar o registro dos fenômenos patrimoniais, orçamentários e de controle. De acordo com o especificado no MCASP (Parte IV), os códigos dos LCP estão estruturados no seguinte formato: **XX. YYY. Z.**

Os dois primeiros dígitos **XX** referem-se à seguinte informação:

- A) código sequencial do lançamento contábil
- B) classe da conta
- C) tipo de lançamento
- D) natureza da informação
- E) categoria da classificação

136. A elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, com base na sua estrutura atualizada, apresenta duas seções: as variações quantitativas, evidenciando o resultado patrimonial do exercício e, as variações qualitativas resultantes da execução orçamentária. Esta última seção, em quadro à parte, será composta utilizando as contas referente à seguinte classe do PCASP:

- A) dois
- B) cinco
- C) seis
- D) sete
- E) oito

137. Evento é o instrumento utilizado pela Unidade Gestora no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada no SIAFEM, para transformar os atos administrativos rotineiros em registros contábeis. Os códigos dos eventos, compostos de 6 (seis) algarismos, mantêm correlação com os documentos de entrada do SIAFEM, e são estruturados da seguinte forma: **XX. X. XXX.** Os dois primeiros dígitos indicam a transação; o terceiro, o tipo; e os dígitos restantes, o código sequencial. Uma operação que foi registrada com o índice de eventos 40.0.000 diz respeito à seguinte transação:

- A) movimentação de crédito
- B) liquidação da despesa
- C) previsão de receita
- D) empenho de despesa
- E) apropriação de despesa

138. Um determinado estado da federação, para cumprimento de um programa de trabalho, necessitou fazer aquisição de vários equipamentos e mobiliários. Todos os estágios dessas despesas foram realizados entre os meses de setembro e dezembro de 2010. Em março de 2011, verificou-se que foi realizado pagamento, naquele processo, de uma parcela a maior do que era devido. Feito contato com o respectivo fornecedor, foi efetuada, no mês de abril/2011, a devolução da quantia paga a maior. Esta parcela de recursos financeiros, recebida pelo Tesouro Estadual, deverá ser apropriada e classificada, na contabilidade, como:

- A) receita extraorçamentária
- B) receita orçamentária do exercício
- C) anulação de despesa
- D) receita a classificar
- E) variação patrimonial aumentativa financeira

139. Um determinado estado da federação, já adotando todas as instruções preconizadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com base na sua Lei Orçamentária Anual, deu início à execução de uma despesa, referente à contratação de um serviço prestado por pessoa jurídica, não tendo sido necessário realizar o respectivo processo licitatório. Para início da execução da respectiva despesa, foi realizado registro nas contas dos seguintes subsistemas de informação:

- A) orçamentário e financeiro
- B) patrimonial e de custos
- C) compensado e patrimonial
- D) orçamentário e compensado
- E) patrimonial e orçamentário

140. Em 31 de dezembro de 2010, o balanço patrimonial de um determinado ente federativo, elaborado de acordo com a estrutura original da Lei nº 4.320/64, apresentava as seguintes contas e respectivos saldos:

Bancos.....	120.000
Créditos Fiscais Inscritos.....	30.600
Aplicações Financeiras.....	15.600
Mobiliário.....	45.000
Veículos.....	8.000
Fornecedores do Exercício.....	51.100
Contratos de Serviços.....	131.400
Pessoal a Pagar do Exercício.....	24.300
Empréstimos Concedidos.....	81.000
Depósitos de Terceiros.....	18.900
Créditos a Receber – Salário-Família.....	5.070
Equipamentos.....	29.800
Bens Imóveis.....	168.300
Restos a Pagar Não Processados.....	20.700
Operações de Créditos por Contrato – LP.....	212.400
Operações de Créditos por Títulos – LP.....	258.500
Almoxarifado – Material de Consumo.....	58.500
Direitos e Obrigações Contratadas.....	131.400
Passivo Real a Descoberto.....	24.030

Com base nesses dados, e sabendo-se que não houve saldo remanescente de créditos adicionais abertos, os recursos financeiros disponíveis, que poderão ser utilizados para retificar a Lei Orçamentária do exercício de 2011, correspondem ao seguinte montante:

- A) 135.670
- B) 63.470
- C) 25.670
- D) 20.600
- E) 4.970

CONTABILIDADE GERAL E CUSTOS

141. Tecnicamente a capacidade de uma empresa para saldar suas exigibilidades de curto prazo sem depender da venda dos produtos estocados, representada pela divisão das contas Disponível e Valores a Receber pelo Passivo Circulante Total, denomina-se:

- A) índice de liquidez corrente.
- B) índice de liquidez seca.
- C) solvência de curto prazo.
- D) capacidade de solvência.
- E) capacidade de endividamento.

142. Foram obtidas as seguintes informações de uma determinada empresa:

Grupos de Contas	01.01.2011	31.12.2011
Ativo Circulante	R\$ 7.000	R\$ 15.850
Passivo Circulante	R\$ 3.800	R\$ 8.200

Com esses dados, pode-se afirmar que o Capital Circulante Líquido apresentou a seguinte variação:

- A) negativa no montante de R\$ 4.450.
- B) positiva no montante de R\$ 3.200
- C) positiva no montante de R\$ 4.450
- D) negativa no montante de R\$ 7.650
- E) negativa no montante de R\$ 8.850

Análise os dados apresentados abaixo para responder às questões de números 143 e 144.

A Empresa Industrial ABC, que atua no ramo de confecções, incorreu nos seguintes gastos no mês de março:

GASTOS	R\$
Compra de matéria-prima	20.000
Dessas compras, 10% foram devolvidas por estarem fora das especificações.	
Mão de obra direta	24.000
Custos Indiretos de Produção	16.000

Os estoques do período eram os seguintes:

ESTOQUES	R\$
Estoque Inicial de matéria-prima	4.800
Estoque Inicial de produtos em elaboração	7.200
Estoque Final de produtos acabados	8.000
Outros estoques	xxx

143. Considerando os dados acima, o Custo de Produção do mês foi igual a:

- A) R\$ 62.800
- B) R\$ 64.000
- C) R\$ 62.000
- D) R\$ 60.800
- E) R\$ 64.800

144. Ainda com base nos mesmos dados, o Custo dos Produtos Vendidos correspondeu ao seguinte montante:

- A) R\$ 62.800
- B) R\$ 64.000
- C) R\$ 60.800
- D) R\$ 62.000
- E) R\$ 64.800

145. A Empresa KRC S.A. produz e vende 10.000 unidades mensais de um determinado produto, apurando os dados abaixo:

Preço de venda unitário	R\$ 50
Custos e despesas variáveis unitários	R\$ 30
Custos e despesas fixas	R\$ 120.000

Demonstração de Resultados

Receita de Vendas	R\$ 500.000
(-) Custos e Despesas Variáveis	R\$ 300.000
(=) Margem de Contribuição	R\$ 200.000
(-) Custos e Despesas Fixas	R\$ 120.000
(=) Resultado Operacional	R\$ 80.000

A quantidade de produtos no seu ponto de equilíbrio e o valor da receita de vendas, necessárias para se obter um lucro líquido de 10% sobre esse valor, são, respectivamente, iguais a:

- A) 6.000 e R\$ 40.000
- B) 4.000 e R\$ 300.000
- C) 6.000 e R\$ 50.000
- D) 4.000 e R\$ 550.000
- E) 4.000 e R\$ 400.000

146. Na produção de dois tipos de máquinas industriais, incorreram os seguintes custos:

	Máquina Industrial A	Máquina Industrial B
Matéria-Prima	R\$ 220.000	R\$ 180.000
Mão de Obra Direta	R\$ 100.000	R\$ 125.000

Os Custos Indiretos de Fabricação totalizaram R\$ 140.000,00 e foram alocados nos Centros de Custos C1 e C2, no montante de R\$ 90.000,00 e R\$ 50.000,00, respectivamente. Os custos do C1 foram rateados proporcionalmente à mão de obra direta aplicada, enquanto os do C2 à matéria-prima consumida. Sabendo-se que todos os produtos foram concluídos, os custos totais de produção da máquina "A" e da máquina "B" foram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 320.000 e R\$ 305.000
- B) R\$ 347.500 e R\$ 327.500
- C) R\$ 387.496 e R\$ 377.504
- D) R\$ 410.000 e R\$ 355.000
- E) R\$ 490.000 e R\$ 375.000

147. Uma empresa apresentava em sua contabilidade, em 31.12.2011, os seguintes dados:

Aluguel de Fábrica	R\$ 30.000
Compra de Matéria-Prima	R\$ 110.000
Consumo de Matéria-Prima	R\$ 90.000
Custos Diversos	R\$ 80.000
Despesas Administrativas	R\$ 120.000
Despesas de Vendas	R\$ 90.000
Mão de Obra da Fábrica	R\$ 80.000

No mês de janeiro de 2012, foram fabricadas 700 unidades do produto e vendidas 480 unidades por R\$ 650,00 cada uma. O valor do saldo do Estoque de Produtos Acabados e o Custo dos Produtos Vendidos foram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 88.000,00 e R\$ 192.000,00
- B) R\$ 147.600,00 e R\$ 262.400,00
- C) R\$ 192.000,00 e R\$ 108.000,00
- D) R\$ 238.000,00 e R\$ 162.000,00
- E) R\$ 336.000,00 e R\$ 196.000,00

148. Uma empresa possui um custo fixo mensal predeterminado no montante de R\$ 90.000,00. No mês de fevereiro de 2012, produziu 36.000 unidades de seu produto, incorrendo em R\$ 162.000,00 de custo variável. Se a produção tivesse sido de 45.000 unidades, o valor do custo unitário da produção seria de:

- A) \$ 6,15
- B) \$ 6,45
- C) \$ 6,50
- D) \$ 7,00
- E) \$ 6,35

149. Em 10 de março, uma determinada empresa comercial adquiriu à vista um lote de mercadorias para revenda. Realizou, em 25 de março, a venda dessas mercadorias a prazo, emitindo a respectiva duplicata para ser liquidada em 30 de maio. Após essas operações, a variação que ocorrerá nos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS) e da Liquidez Imediata (LI), respectivamente, será correspondente a um:

- A) aumento; aumento; aumento
- B) aumento; aumento; diminuição
- C) aumento; diminuição; aumento
- D) diminuição; aumento; diminuição
- E) diminuição; diminuição; diminuição

150. No decorrer de um determinado exercício social ocorreu uma reclassificação de uma parcela do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante. Na elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), essa operação representará:

- A) uma origem de recursos
- B) uma aplicação de recursos
- C) uma variação negativa do Capital Circulante Líquido
- D) diminuição do Capital Circulante Líquido
- E) uma origem de recursos, aumentando o Capital Circulante Líquido

151. No estatuto social da Companhia América do Sul S/A consta uma cláusula segundo a qual os empregados, administradores e partes beneficiárias têm direito, cada qual, a 10% do lucro do exercício. A estrutura do Patrimônio Líquido demonstrada no Balanço Patrimonial, de 31/12/2010, tinha a seguinte constituição (valores em R\$):

Capital Social Subscrito..... 900.000
Capital a Realizar..... 225.000
Prejuízos Acumulados..... 36.000

Na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, relativa ao exercício de 2011, constava que o Lucro, após o IR e CSLL e antes das Participações, era de R\$ 162.000. Com esses dados, o Lucro Líquido do Exercício, em 31/12/2011, foi igual a:

- A) R\$ 91.854
- B) R\$ 113.400
- C) R\$ 118.098
- D) R\$ 124.200
- E) R\$ 127.854

152. Informações extraídas dos registros da Empresa Planaltina Ltda:

Saldo anterior de Lucros Acumulados (dez/2010).....R\$ 22.000
Valor contabilizado a maior na avaliação dos estoques do exercício de 2010.....R\$3.800
Parcela do lucro incorporado ao Capital Social..... R\$ 8.000
Reversão de Reservas de Contingências..... R\$ 2.500
Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31/12/2011..... R\$ 19.000
Destinação determinada pelos Administradores sobre o lucro líquido:

Reservas Contratuais..... R\$ 5.500
Reserva para Expansão..... R\$ 6.000
Reserva para ContingênciasR\$ 5.000

Informação complementar: A Empresa ainda estava abaixo do limite de isenção para a constituição de Reserva Legal, de acordo com a Lei nº 6.404/76.

Com essas informações, pode-se afirmar o saldo da conta "Lucros/Prejuízos Acumulados", ao final do exercício de 2011, era igual a:

- A) R\$ 9.250
- B) R\$ 11.400
- C) R\$ 14.250
- D) R\$ 15.200
- E) R\$ 21.850

153. Da Demonstração do Fluxo de Caixa elaborada pela Cia. Alvorada S/A, em 31/12/ 2011, foram extraídas as seguintes informações:

Recursos oriundos das atividades operacionais..... R\$ 337.500
Recursos aplicados nas atividades de investimento..... R\$ 275.000
Recursos oriundos das atividades de orçamento..... R\$ 125.000

Com base nessas informações, pode-se afirmar que, em 31/12/2011, o saldo das disponibilidades era de:

- A) R\$ 850.000
- B) R\$ 725.000
- C) R\$ 687.500
- D) R\$ 75.000
- E) R\$ 1.400.000

154. O patrimônio Líquido da Cia. XYZ, em 31/12/2010, tinha a seguinte constituição:

Capital subscrito..... 600.000
Capital a Realizar..... 225.000
Reserva Legal..... 72.000

No exercício de 2011, a Companhia apurou um Lucro Líquido do Exercício no valor de R\$ 150.000. Sabendo-se que no seu Estatuto não está estabelecido o percentual sobre o Lucro Líquido para pagamento de dividendos, o valor mínimo obrigatório dos dividendos a serem pagos aos acionistas, em 2011, seria correspondente a:

- A) R\$ 75.000
- B) R\$ 73.500
- C) R\$ 71.250
- D) R\$ 78.000
- E) R\$ 72.000

155. A Companhia Atlantis foi constituída em 01/02/2011 com um capital subscrito e totalmente integralizado, composto de 200.000 ações ordinárias e 100.000 ações preferenciais, todas com valor nominal de R\$ 2. Em 10/09/2011, a Companhia Odisséia adquiriu 45% do capital votante da Cia. Atlantis, pagando nesta data, o mesmo valor de emissão das ações da empresa investida. No final do exercício a Companhia Atlantis apurou um lucro líquido de R\$100.000. No seu estatuto prevê a distribuição de 40% desse lucro a título de dividendos. Em 31 de dezembro, na contabilidade da Companhia Odisséia, esse investimento realizado na Cia. Atlantis estava registrado com o seguinte valor:

- A) R\$ 225.000
- B) R\$ 210.000
- C) R\$ 207.000
- D) R\$ 198.000
- E) R\$ 310.000

156. Uma determinada empresa adquiriu à vista, em 10/05/2009, um veículo por R\$ 90.000, para ser utilizado na entrega de mercadorias. Posteriormente, foram efetuadas adaptações na sua carroceria ao custo de R\$ 10.000 e posto em operação somente em 15/08/2009. Por ocasião da aquisição, a administração estimou uma vida útil de cinco anos, com valor residual de R\$ 10.000. Sabendo-se que o método de depreciação adotado foi o linear, e que não houve alteração na sua vida útil, o valor contábil líquido do veículo em 31/12/2011 era igual a:

- A) R\$ 47.333,33
- B) R\$ 38.666,67
- C) R\$ 46.500,00
- D) R\$ 53.500,00
- E) R\$ 56.500,00

157. Uma empresa comercial adquiriu à vista, diretamente do fabricante para revenda, um lote de 500 calculadoras eletrônicas ao preço unitário de R\$ 200. Por ser cliente já tradicional, o fabricante concedeu um desconto de 5% sobre o preço de venda. O IPI e o ICMS incidentes na operação foram, respectivamente, de 10% e 20%. No documento fiscal emitido pelo fabricante constava cobrança de frete e seguro, por conta da empresa adquirente, no valor de R\$ 2.000.

Com essas informações, o valor contabilizado na conta Estoque de Mercadorias, da empresa revendedora, foi igual a:

- A) R\$ 85.600
- B) R\$ 85.200
- C) R\$ 87.600
- D) R\$ 83.600
- E) R\$ 78.000

158. Durante o exercício de 2011, a Companhia Industrial ABC, no seu processo de produção, apropriou um custo fixo total de R\$ 108.000, e o custo variável por unidade produzida foi de R\$ 12,60. Tendo em vista a grande concorrência de mercado, o preço de venda do seu produto foi de R\$ 13,80. A empresa, para 2012, irá adquirir mais uma máquina, ocasionando, com isso, uma redução dos custos variáveis para R\$ 11,70. Sabendo-se que a Companhia não deseja alterar o seu ponto de equilíbrio, o valor da parcela dos custos fixos que será adicionada ao custo de produção será igual a:

- A) R\$ 189.000
- B) R\$ 123.000
- C) R\$ 102.000
- D) R\$ 81.000
- E) R\$ 54.000

159. A Cia. Industrial Planaltina fabrica um único produto. No mês de junho, produziu 500 unidades e vendeu somente 80% dessa produção. No período considerado foram apropriados os seguintes custos:

Matéria prima consumida.....R\$ 90.000
Mão de obra direta..... R\$ 30.000

No mês em referência foi arrecadado, pelas vendas efetuadas, um montante de R\$ 192.000, obtendo-se um lucro bruto de R\$ 54.000. Sabendo-se que no início do mês não havia estoque de produtos acabados, o valor dos custos indiretos de fabricação unitário foi igual a:

- A) R\$ 105
- B) R\$ 45
- C) R\$ 39
- D) R\$ 36
- E) R\$ 30

160. As seguintes informações foram obtidas do balanço patrimonial, elaborado em 31/12/2011, de uma determinada empresa comercial:

Realizável a Longo Prazo..... R\$ 60.000
Estoque de Mercadorias..... R\$ 40.000
Passivo Não Circulante..... R\$ 48.000

Com base no mesmo balanço, foi efetuada a análise de quocientes financeiros e calculados os seguintes índices:

Liquidez Corrente..... 1,5
Liquidez Seca..... 1,0

Com esses dados, pode-se afirmar que o índice de Liquidez Geral, no exercício, era igual a:

- A) 3,0
- B) 2,5
- C) 2,0
- D) 1,5
- E) 1,0